



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aumentar a transparência dos investimentos da reserva financeira e estudar a criação de um fundo de apoio comunitário

De acordo com os dados sobre a reserva financeira, recentemente divulgados pela Autoridade Monetária de Macau (AMCM), em 2025, os investimentos da reserva financeira do Governo registaram um rendimento de 42,92 mil milhões de patacas, um novo recorde histórico¹. Este retorno avultado reveste-se de grande importância para reforçar o cofre da RAEM e garantir a estabilidade financeira a longo prazo de Macau.

Para além da finalidade dos rendimentos, os sectores sociais estão também muito atentos ao rumo dos investimentos do Governo. Em Hong Kong, o *Exchange Fund*, quando divulga o seu desempenho de investimento, apresenta detalhadamente a classificação e proporção da alocação de activos (por exemplo, os rendimentos efectivos e a proporção de títulos de dívida, acções e outros tipos de investimentos, etc.)², dando claramente a conhecer à sociedade a gestão de riscos e a estrutura de retorno dos fundos públicos. Mas olhando para Macau, neste momento, a AMCM divulga apenas o valor global dos rendimentos dos investimentos da reserva financeira, sem uma descrição sobre as categorias de carteiras de investimentos e o desempenho dos diversos tipos de activos, situação

¹ “Situação dos investimentos da Reserva Financeira da RAEM do ano de 2025”, Portal do Governo da RAEM, https://www.gov.mo/pt/noticias/813973/?noredirect=pt_PT

² Categorias de carteiras de investimentos de Hong Kong, *Hong Kong Monetary Authority*, <https://www.hkma.gov.hk/chi/key-functions/reserves-management/investment-management/>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

que dificulta a compreensão da população sobre as estratégias de investimento do Governo e a distribuição de riscos.

Nos termos da Lei n.º 8/2011 (Regime Jurídico da Reserva Financeira), a criação da reserva financeira visa providenciar uma melhor gestão dos recursos financeiros da RAEM, a fim de obter retornos e prevenir os riscos financeiros. Entretanto, o artigo 7.º e os respectivos artigos desta lei regulamentam os princípios da aplicação dos investimentos da reserva, mas, em termos de transparência informativa, o artigo 12.º da mesma prevê a publicação do “saldo mensal...e resultados das aplicações financeiras” e do “relatório anual das demonstrações financeiras”³, ou seja, exige apenas a publicação periódica de contas, não sendo obrigatório que as autoridades esclareçam pormenorizadamente a população sobre as categorias das carteiras de investimentos. A prática das autoridades corresponde às exigências básicas da lei vigente, mas como o Governo tem defendido o pensamento sistemático e tem-se empenhado na criação de um governo moderno e servidor, caracterizado pela alta eficiência, transparência e facilidades à vida da população, a sociedade espera que, para além da divulgação do valor total, haja maior transparência financeira no que se refere aos fundos públicos de escala de centenas de milhares de milhões.

Além disso, é de notar que, em Fevereiro de 2026, o Governo anunciou a intenção de afectar 11 mil milhões de patacas provenientes dos rendimentos da reserva financeira acumulados de anos anteriores à criação do “Fundo de orientação do Governo”. Embora este fundo vise, sobretudo, impulsionar o desenvolvimento diversificado das indústrias locais, esta iniciativa demonstra, claramente, que as autoridades têm um mecanismo para aplicar os rendimentos

³ Lei n.º 8/2011 (Regime Jurídico da Reserva Financeira), Boletim Oficial da RAEM, <https://bo.dsaj.gov.mo/bo/i/2011/35/lei08.asp>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

da reserva financeira no apoio às políticas e metas importantes e já o puseram em funcionamento.

Atendendo à possibilidade da aplicação dos rendimentos dos investimentos para dinamizar as indústrias, assim como ao facto de os residentes continuarem a sofrer grandes pressões devido à mudança da estrutura socioeconómica, as autoridades podem ponderar sobre a extensão da referida aplicação; neste sentido, para além da aplicação dos rendimentos dos investimentos para a capitalização e preservação do valor, as autoridades devem estudar a criação de um mecanismo de dotação permanente, no sentido da conversão da parte dos rendimentos excedentes dos investimentos em fundo específico para apoiar as camadas de base e a vida da população, de modo a permitir que os frutos do desenvolvimento económico beneficiem, efectivamente e com precisão, a população, concretizando a ideia nuclear de “governar em prol da população”. Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Em Hong Kong, o *Exchange Fund* divulga informações sobre a distribuição das carteiras de investimentos de acordo com a classificação de activos. Face a esta prática, as autoridades vão ponderar, sob o pressuposto de não pôr em causa o sigilo comercial e as estratégias de investimento, aumentar a transparência dos rendimentos dos investimentos da reserva financeira e divulgar informações sobre a classificação dos activos?

2. Na Lei n.º 8/2011 (Regime Jurídico da Reserva Financeira), as disposições relativas à publicação de informações são pouco detalhadas. Assim, as autoridades vão rever e otimizar os mecanismos e as formas de publicação de informações, a fim de garantir o direito à informação da população sobre os investimentos dos fundos públicos?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

3. Tomando como referência a criação do “Fundo de orientação do Governo” para aplicar os rendimentos provenientes da reserva financeira no apoio às políticas, e face aos retornos positivos resultantes dos investimentos da reserva financeira registados nos últimos três anos, que foram de mais de centenas de milhares de milhões, o Governo vai estudar a criação de um mecanismo de dotação permanente, para converter parte dos rendimentos dos investimentos em orçamento dedicado a um fundo de apoio comunitário, com o objectivo de reforçar o apoio às camadas de base e melhorar a segurança social?

14 de Março de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Lai Kei